

# PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana<sup>1</sup>

**Paulo Ormino de Azevedo<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este texto analisa as raízes do Programa das Cidades Históricas, sua criação em 1973 e sua desativação no início da década de 1980. Suas raízes estariam na inserção do Iphan na rede de cooperação internacional, no ideário de seu principal articulador, o arquiteto Renato Soeiro, e no objetivo do governo militar de promover o desenvolvimento da região Nordeste. Para sua criação, teria contribuído a presença de nordestinos e nortistas em ministérios e altos postos do governo militar. Após 36 anos da criação do Sphan, o protagonismo das ações sobre o patrimônio seria transferido do Rio de Janeiro para o Recife, fortalecendo grupos locais e dando início a uma disputa pelo controle do Iphan. Sem contar mais com o apoio da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, o PCH começa a ser desativado em 1979, no governo do Gal. João Figueiredo, com uma nova política cultural destinada a criar uma base popular para a "abertura política gradual e controlada". Paralelamente a essa mudança ideológica, se acirra a disputa entre os grupos do Recife e do Rio de Janeiro e se dá a progressiva desativação do PCH.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iphan. PCH. Renato Soeiro. Mário de Andrade. Gilberto Freyre. Aluísio Magalhães.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the roots of the Historical Cities Program (PCH), its creation in 1973, and deactivation in early 1980s. The program was rooted in the insertion of IPHAN in international cooperation network, the ideas of its articulator, Arch. Renato Soeiro, and military government objectives, which included the Northeast development through cultural tourism. The presence of northeastern and northerners people in ministries and higher ranks of the military government has contributed to its creation. After 36 years, Recife replace the leadership of Rio de Janeiro on heritage policy, strengthening local groups and setting off a struggle for control within IPHAN. Without support from the Secretariat of Planning and General Coordination of the Presidency of the Republic, the PCH started to be dismantled by the government of General João Figueiredo in 1979, after a new cultural policy to create a popular base for the "gradual and controlled opening policy." Alongside this ideological shift, the regionalist dispute between

1. Artigo baseado na conferência pronunciada no encerramento do seminário "O PCH/ Programa das Cidades históricas: um balanço após 40 anos", no dia 17 de novembro de 2015, em São Paulo.

2. Professor e pesquisador aposentado da Universidade Federal da Bahia, ex-consultor da Unesco na área de preservação do patrimônio cultural. E-mail: <pauloormindo@gmail.com>.

3. Para evitar a confusão dos leitores, estamos denominando genericamente de Iphan as várias siglas e status que teve o órgão desde a sua criação: Sphan em 1937, Dphan em 1946, Iphan em 1970, Sphan/Fnpp em 1979, Ibpc em 1990 e, novamente, Iphan, a partir de 1994.

groups of Recife and Rio de Janeiro was intensified and the PCH progressively dismantled.

KEYWORDS: Iphan. PCH. Renato Soeiro. Mário de Andrade. Gilberto Freyre. Aluísio Magalhães.

## Introdução

O ano de 1967 marca o início do período mais duro da ditadura militar no Brasil, mas também de estabilidade econômica do país com a criação do cruzeiro-novo e da política desenvolvimentista do país que resultou no chamado “milagre econômico brasileiro”. Marca também uma mudança profunda na política cultural do país e também na direção no Iphan. É nesse cenário que se cria o maior programa de preservação do patrimônio cultural integrado a um plano de desenvolvimento urbano e regional, por meio do turismo cultural. É o Programa das Cidades Históricas do Nordeste, depois estendido a todo o país, com a sigla PCH, que deslocaria o foco da preservação monumental para conjuntos urbanos e paisagísticos. Esse programa é analisado neste artigo em três partes: as raízes do PCH, sua fundação e desmonte do na primeira metade da década de 1980.

As raízes do programa estão no estreitamento das relações do Iphan com os organismos culturais internacionais e nos Encontros de Governadores de Brasília e Salvador. A criação do PCH resultou do convênio entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República e o Iphan para o desenvolvimento do Nordeste, então conflagrado por movimentos sociais no campo, e uma das maiores preocupações dos militares. Seu desmonte, iniciado em 1979, ocorre com a volta galopante da inflação e a intenção dos militares de fazerem uma abertura política gradual e controlada. Como consequência desse quadro, realiza-se a primeira intervenção política no Iphan em seus 43 anos de existência, com o abandono da política de valorização das cidades históricas do Nordeste para o turismo, objeto muito sensível ao mercado imobiliário, para bens imateriais populares como forma de cooptação de setores marginalizados da sociedade. A nossa tese é que a disputa deflagrada em 1979 pelo controle do Iphan não foi apenas de caráter conceitual, senão político e regionalista. É a disputa do grupo do Recife fortalecido pelo protagonismo na gestão do PCH com o grupo carioca e mineiro que controlava o órgão desde sua fundação.

## Raízes do PCH

A criação do PCH pode ser creditada a três fatores: inserção do Iphan<sup>3</sup> na rede de cooperação patrimonial mundial, o ideário de seu principal protagonista, Renato Soeiro, e os objetivos do regime militar. Até o final da década de 1950, não só no Brasil como em todo o mundo, o patrimônio cultural era visto como um

dos elementos constitutivos da identidade nacional, conjuntamente com a língua, a literatura, e as artes do país. O patrimônio era a expressão da cultura e do poder dominante, defendido pelos setores hegemônicos da sociedade como forma de manter a unidade nacional, ainda quando esses bens tenham sido criados, no passado, por impérios maiores que as atuais nações, como o grego, o romano e o otomano.

Como tal, a preservação do patrimônio era tratada com critérios não universais. Isso deu origem a teorias de preservação díspares, no final do século XIX na Europa, como a de Violet le Duc, na França, de reconstituição da unidade estilística; a de John Ruskin, na Inglaterra, de pura consolidação estrutural dos monumentos e ruínas; e de Camillo Boito, na Itália, de respeito de todas as intervenções históricas sofridas pelo monumento e diferenciação das próteses necessárias à consolidação da “fábrica” original<sup>4</sup>. Apenas nos casos do patrimônio arqueológico e de conflitos militares que pusessem em risco o patrimônio comum, poderiam os organismos internacionais sugerirem cautelas e critérios universais de preservação dos monumentos. Com esse propósito, o I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, patrocinado pelo Conselho Internacional de Museus, se reuniu em Atenas em 1931 para discutir a preservação de ruínas arqueológicas, fazendo as primeiras recomendações e apelo à cooperação internacional, na chamada *Carta de Atenas de 1931*<sup>5</sup>.

Seria por essa brecha que a Unesco iria, na década de 1950, recomendar cautelas aos países beligerantes na proteção de monumentos com a *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado*, de 1954 e, dois anos depois, critérios de preservação de ruínas arqueológicas com a *Recomendação que define os princípios internacionais que deveriam aplicar-se às escavações arqueológicas*<sup>6</sup>.

Na década de 1960, o patrimônio ganha uma dimensão internacional a partir da consciência de que seu valor transcendia as fronteiras nacionais. Em 1962, a Unesco lança a *Recomendação relativa à beleza e ao caráter dos lugares e paisagens*, objeto pouco valorizado pela ideologia de patrimônio como fundamento da nacionalidade. Dois anos depois, em 1964, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, patrocinado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, órgão assessor da Unesco, reunido em Veneza, lançaria a *Carta Internacional sobre a conservação e a restauração de monumentos*, mais conhecida como *Carta de Veneza*<sup>7</sup>. Inspirada na *Carta de Restauo* italiana, esse documento teve uma repercussão internacional enorme.

Embora a *Carta de Veneza* fale na necessidade de manter o entorno dos monumentos, recomendação anteriormente feita na *Carta de Atena de 1931*, os “sítios monumentais” são tratados em apenas quatro linhas. Essa temática já vinha sendo estudada na Itália, desde a década de 1910, especialmente por Gustavo Giovannoni, nas relações entre “cidade nova” e “cidade velha” e das duas com a paisagem<sup>8</sup>. Os redatores da *Carta de Veneza* preferiram não entrar

4. Ver Carlo Cheschi (1970).

5. Sobre convenções e recomendações aqui citadas, ver *Cartas Patrimoniais*, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso 15 set. 2015.

6. *Ibidem*.

7. Sobre convenções e recomendações aqui citadas, ver *Cartas Patrimoniais*, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 15 set. 2015..

8. Ver Renata Capello Cabral (2013, p.21-37).

9. Ver *Cartas Patrimoniais*, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 15 set. 2015..

10. Ver Claudia Feierabend Baeta Leal (2008).

11. Ver Lia Motta (1987).

nesse campo, ainda objeto de muita discussão. Até o início da década de 1960, a preservação das cidades históricas e dos chamados centros históricos não havia sido associada à atividade econômica. Mas em 1966, a 72ª Reunião do Conselho Executivo da Unesco, realizada em Budapeste, incluiu em sua ordem do dia a preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento do turismo.

O passo definitivo para tanto foi dado em 1967, quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou em Quito a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico cujo documento final ficou conhecido como *Normas de Quito*<sup>9</sup>. De sua preparação e aprovação participou Renato Soeiro como representante do Brasil. Nelas se pregava abertamente a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países membros por meio do turismo. A palavra chave era “*puesta en valor*” ou promoção dos monumentos e sítios históricos para o mercado turístico. Essa política se inspirava na recuperação econômica de países como Itália, França e Espanha, depois da II Guerra Mundial. Naquele momento era cunhada a expressão “turismo cultural”, para se diferenciar do turismo dos três S: *sun, sea and sex*.

Essa era a política cultural recomendada aos países membros, não só da OEA, como da Unesco, no final da década de 1960. Sintomaticamente, o relatório da segunda missão da Unesco no Brasil se chamava *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*<sup>10</sup>. Esse relatório, de 1968, foi recebido com grande entusiasmo pelos tecnocratas do governo militar, ávidos em tirar o país da crise econômica em que se debatia. Paralelamente, se firmava internacionalmente o conceito de sítio monumental, isto é, o monumento com seu entorno, que muitas vezes compreendia toda a cidade, em oposição ao monumento isolado.

Embora o Iphan já viesse fazendo tombamentos de cidades, desde a sua fundação em 1937, não tinha até aquela época nenhuma política consistente para essas cidades, resumindo suas intervenções à restauração de seus mais importantes monumentos e à uniformização estilística de seu casario, como bem demonstrou Lia Motta<sup>11</sup>. O pedido da vinda de uma missão da Unesco ao Brasil havia sido feito no final da administração de Rodrigo M. F. de Andrade e promovido pelo embaixador brasileiro junto àquele órgão, Carlos Chagas, conforme sugere o arquiteto Michel Parent, autor do relatório. A missão foi realizada entre 1966 e 1967, mas seu relatório só foi entregue em 1968. Essa foi a segunda missão da Unesco no país, a pedido do governo brasileiro, visando a preservação do patrimônio cultural. É nesse momento, em 1967, com a aposentadoria de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que Renato Soeiro assume o Iphan, com praticamente a mesma estrutura e o mesmo quadro de funcionários que possuía quando fundado 30 anos antes, e muitos deles se aposentando.

Vivia-se o período mais conturbado do regime militar, com o afastamento do Gal. Artur Costa e Silva e a posse do Gal. Emílio G. Médici. O patrimônio,

porém, era visto com bons olhos pelo regime, como um fator de união do país — como fora com Getúlio Vargas em 1937 —, agora procurando cooptar outros segmentos sociais, como forma de se legitimar no poder. Os objetivos econômicos dos militares naquele começo de gestão eram o controle da inflação e o desenvolvimento econômico, formulados no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do Presidente Castelo Branco. No que toca ao desenvolvimento, uma das questões mais urgentes era diminuir os desníveis regionais, que provocavam grandes migrações internas e tensões sociais. A maior delas ocorria no Nordeste, em Pernambuco, com as Ligas Camponesas, lideradas pelo deputado federal Francisco Julião cassado pelos militares. Desde 1955, esse movimento ocupava fazendas, criando muita insegurança no campo

Soeiro procurou tirar o melhor proveito dessa situação, como fizera Gustavo Capanema 35 anos antes. Uma das críticas mais comuns à administração de Rodrigo M.F. de Andrade no Iphan era a concentração de recursos e obras em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e o abandono do Nordeste e do Norte, regiões ricas em patrimônios cultural e natural, mas pouco desenvolvidas. Essa era uma das preocupações de Soeiro, já explicitada em seu discurso de posse.

Arquiteto com grande prática profissional, Soeiro tinha uma visão muito clara do que ocorria nas nossas cidades, no auge da explosão demográfica e do processo de urbanização que desestruturava suas áreas centrais e atropelava seus monumentos. Sua preocupação não eram apenas estes últimos, senão também o seu entorno:

[...] a moldura onde se insere, a ambiência que lhe é própria ameaçadas que estavam pelas grandes obras públicas e privadas que no país se realizam: portos modernos se instalam, novas estradas se abrem destruindo vestígios pré-históricos e históricos, complexos industriais se levantam alterando ou repercutindo desfavoravelmente no monumento e no seu entorno, concorrendo para sua descaracterização e mesmo destruição. O aumento das populações nos próprios conjuntos tombados provoca a introdução de novas construções ou alterações nas existentes em proporções prejudiciais aos núcleos originais protegidos<sup>12</sup>

Conhecia, por outro lado, o que se discutia no plano internacional sobre o patrimônio cultural. Em 1952, ele havia representado o Brasil na reunião preparatória da *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado* firmada pela Unesco em 1954; o mesmo ocorrendo em 1965 na reunião preparatória da OEA, em St. Augustine, Florida, e em 1967 na aprovação das *Normas de Quito*. No ano de sua posse, ele foi convocado pelo International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) para a reunião de organização de seu centro de documentação em Bruxelas.

A afirmação que a gestão de Renato Soeiro foi uma mera continuação, sem brilho, de seu antecessor, Rodrigo M.F. de Andrade, não tem nenhum fundamento. Essa imagem foi criada pela administração que o sucedeu, no livro *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil, uma trajetória*<sup>13</sup>, e repetida por autores como José Reginaldo S. Gonçalves<sup>14</sup> e Maria Cecília L. Fonseca<sup>15</sup>,

12. Cf. Renato Soeiro, apud Daniela Sophia (2015, p. 323).

13. Ver Brasil (1980a).

14. Ver José Reginaldo Santos Gonçalves (1996).

15. Ver Maria Cecília Londres Fonseca (1997).

16. Ver Paulo Ormino de Azevedo (2013).

17. Ver Roberto Sabino (2015, p. 2-3).

18. Ver Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1968). Analisamos esse documento no artigo referido na nota 16.

19. Ver Brasil (1980b).

ambos coeditados originalmente pelo novo Iphan. Já tivemos oportunidade de demonstrar a parcialidade dessa afirmação em *Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil*, artigo apresentado no seminário Arquimemória 3, realizado em Salvador em 2008, e publicado em 2013<sup>16</sup>. Partilham também desse ponto de vista Marcia Sant'Anna e Roberto Sabino, como veremos adiante.

As principais preocupações de Soeiro eram a preservação dos patrimônios cultural e natural, a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação desse patrimônio, a cooperação internacional, o fomento do potencial turístico do patrimônio e a integração dos estados e municípios às ações de preservação da União<sup>17</sup>. Para orientar sua administração, Soeiro elaborou, em 1968, com a experiência de 30 anos no órgão, um documento que orientaria toda a sua administração e no qual ficam muito evidentes esses objetivos<sup>18</sup>. Essa plataforma era muito diversa daquela da administração de Rodrigo M.F. de Andrade, de afirmação da identidade nacional.

Logo após sua posse, ele vai a Paris solicitar à Unesco uma nova missão de Michael Parent para elaborar um plano para o Centro Histórico de Salvador. Porém, diante da impossibilidade da vinda de Parent, Soeiro acerta uma missão do especialista em legislação de conjuntos históricos, o francês Jean-Bernard Perrin. Em seus 12 anos de gestão, os sítios paisagísticos passam de 8 para 15, as cidades históricas de 9 para 14 e os conjuntos urbanísticos 24 para 29. Mas a preocupação não era apenas tomar e congelar esses sítios, como vinha se fazendo, senão integrá-los ao desenvolvimento urbano/territorial. Sem recursos nos dois primeiros anos, devido à crise política da ditadura, ele apela para a cooperação internacional em busca de *know how* para tratar essas cidades e conjuntos urbanos. Junto à Unesco consegue trazer os arquitetos Viana de Lima para um plano de preservação de Ouro Preto e avaliação do mérito do tombamento de S. Luiz e Alcântara, no Maranhão, em 1968, os ingleses Shakland e Walton para um plano turístico para o Pelourinho, e o urbanista Linburg-Stirum para um plano integral de Parati. Solicita ainda a vinda dos arquitetos Raul Pastrana e Guillermo Trimmiño, este último especialista colombiano em inventários, e do diretor do Projeto Patrimônio Cultural Andino (Unesco/Pnud), Sylvio Mutal, para discutirem a política patrimonial.

Por meio da OEA, ele traz o mexicano Carlos Flores Marini, um dos signatários da *Carta de Veneza* e que estava realizando planos para Cartagena de Índias, na Colômbia, e Panamá Viejo, no Panamá. Não bastava trazer experts de fora, era preciso habilitar profissionais brasileiros, e para isso firma convênio com universidades federais para a realização dos primeiros cursos de especialização nessa área. Traria de volta também Jean-Bernard Perrin, em 1978, para coordenar um seminário, com arquitetos e urbanistas brasileiros e não apenas com os técnicos do IPHAN, sobre a experiência francesa de recuperação de cidades históricas, em função da Lei André Malreaux, de 1962<sup>19</sup>. Até o final de sua gestão foram realizados também planos de preservação para São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe, e Cachoeira, na Bahia, em convênio com a UFBA, coordenados por este autor.

Em 1975, o Conselho da Europa havia lançado a *Declaração de Amsterdam*<sup>20</sup> que consolidava o entendimento que a preservação das cidades e centros históricos só podia ser alcançada por meio do planejamento urbano. É nessa linha que Soeiro entendia ser possível a preservação de nossas cidades históricas. Ele sabia que não poderia preservar essas cidades e os sítios naturais sem a participação dos municípios, dos estados e da sociedade. Para isso, ele promove os Encontros de Governadores, de Brasília (1970) e de Salvador (1971)<sup>21</sup>, em que é assumido um pacto federativo pelo patrimônio. Já ali era reivindicada a criação do Ministério da Cultura.

Diante da crise econômica, a saída para a preservação de nossas cidades históricas seria o turismo cultural. Além de ser um dos redatores das *Normas de Quito*, de 1967, Soeiro representou o Brasil, em abril de 1972, em Paris, no Comitê Especial de Peritos Intergovernamentais incumbido de elaborar projetos de convenção e recomendação aos estados membros da Unesco sobre a *Proteção de Monumentos, Conjuntos e Lugares Históricos*. Ali, foi eleito por aclamação seu vice-presidente. Diante da disputa dos países europeus, asiáticos e latino-americanos de que o documento se referisse apenas aos monumentos e sítios históricos, como havia sido indicado na convocação da reunião, e dos norte-americanos e canadenses que queriam que o documento se referisse apenas aos sítios naturais, de que eles eram grandes possuidores, Soeiro consegue conciliar os dois interesses em um documento de uma amplitude muito maior do que havia sido convocado<sup>22</sup>. Na 17ª Assembleia da Unesco, no final do mesmo ano, em Paris, foram aprovadas a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* e a *Recomendação para a Proteção em Âmbito Nacional do Patrimônio Cultural e Natural*. Uma grande vitória do Brasil.

## A criação do PCH

Com as missões da Unesco de planejamento de cidades históricas e o intercâmbio internacional, o Iphan possuía toda a experiência para a construção do futuro Programa das Cidades Históricas, PCH. Por um acaso, estavam em altos postos do governo federal homens das duas regiões menos desenvolvidas do país: Jarbas Passarinho, acreano, Ministro da Educação e Cultura; João Paulo Reis Veloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República e, logo abaixo do Ministro Passarinho, estavam Renato Soeiro, paraense, diretor do Iphan, e Josué Montelo, maranhense, diretor do recém-criado Conselho Federal de Cultura. Esses homens estavam muito sensibilizados com a possibilidade de desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte por meio do turismo cultural, como sugeria o relatório da missão da Unesco de 1968. Essa era uma alternativa para desenvolver aquelas regiões e aplacar as tensões sociais na região, evitando uma conflagração como ameaçavam as Ligas Camponesas.

20. Ver *Cartas Patrimoniais*, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 16 set. 2015

21. Ver *Cartas Patrimoniais*, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 18 set. 2015.

22. Ver *JORNAL DO BRASIL*, 08 abr. 1972.

23. Ver Renato Soeiro (1973).

Renato Soeiro ganhou força com o convite de Jarbas Passarinho (Figura 1) para organizar o Departamento de Assuntos Culturais, DAC, do Ministério da Educação e Cultura, cumulativamente com a direção do Iphan. Não se pode separar as políticas complementares dessas duas instituições. No DAC, Soeiro elabora o primeiro esboço de política cultural integrada do país, com o Programa de Ação Cultural em 1973<sup>23</sup>. Nele, o patrimônio cultural era tratado como cultura viva, como um processo contínuo sem distinção entre passado e presente, entre erudito e popular. Para apoiar e incentivar as manifestações imateriais, ele cria, em 1975, a Funarte, que reuniu órgãos anteriormente criados para promoção do teatro e do folclore, mas que não tinham recursos; e reestrutura a Embrafilme para financiar a produção cinematográfica e não apenas distribuir o filme nacional, chegando a conquistar 40% do mercado nacional.



Figura 01 – Ministro Jarbas Passarinho, Renato Soeiro e Prof. Roberto Santos, Governador da Bahia. Acervo da Sra. Vera Soeiro.

O Programa de Ação Cultural em 1973 seria uma das referências do primeiro plano nacional de cultura, intitulado Política Nacional de Cultura, elaborado por uma comissão mista do Conselho Federal de Cultura e do MEC/DAC, em 1975. O país só iria ter um segundo Plano Nacional de Cultura em 2010. No texto a seguir, evidencia-se que Soeiro estava inteiramente afinado com o projeto original de Mario de Andrade para o Iphan:



O Ministério da Educação e Cultura chegou à conclusão de que se apresenta o momento de se proceder a um diagnóstico do estágio de maturação cultural atingido por nosso processo histórico, utilizando-se as vantagens das ciências do homem e da tecnologia moderna, posta à nossa disposição e com as quais nos será permitido o levantamento da realidade cultural brasileira. Assim, o Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, promovendo um inventário da inteira produção do passado e do presente brasileiros, nos diversos campos da cultura, pretende integrar, preservar e incentivar tudo aquilo que for digno de apreço e que, ao mesmo tempo, torne as populações conscientes de seus valores locais dentro da cultura nacional<sup>24</sup>.

Tal inventário não chegou a ser realizado diante da complexidade e extensão da tarefa e pelo fato de Soeiro ter deixado a direção do DAC para se dedicar integralmente ao Iphan. Mas ele seria um dos objetivos da fundação a ser criada para tornar mais ágil a ação do Iphan. Seu substituto foi o colega no Conselho Federal de Cultura, etnógrafo e antropólogo, Manuel Diegues Jr. Soeiro deve ter influenciado na indicação acertada de um do antropólogo para o cargo. Deve-se ressaltar que não existia na época experiência internacional nesse campo, salvo em uma cultura muito diversa da ocidental, como a japonesa. A primeira manifestação da Unesco sobre o assunto seria a *Recomendação sobre a cultura tradicional e popular*, de 1989<sup>25</sup>.

Quando ainda ocupava os dois mais importantes cargos da área de cultura do MEC, Soeiro consegue transformar a antiga Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a criação de novas divisões técnicas e distritos, e firmar convênios com outros ministérios visando a preservação do patrimônio cultural. O mais importante desses convênios foi com a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República SEPLAN-PR, que tinha como objeto o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos, nome depois reduzido para Programa das Cidades Históricas (PCH). Sua denominação original evidencia sua inspiração na reconstrução europeia depois da II Grande Guerra em consonância com as novas recomendações da Unesco e da OEA.

O programa foi oficialmente criado pela Exposição de Motivos nº 076-B, de 21/05/1972, e formulado por um Grupo de Trabalho Interministerial reunindo representantes do MEC, Embratur, Sudene e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O representante do MEC era Renato Soeiro que, conforme já citado, além do Iphan dirigia o DAC<sup>26</sup>. A primeira reunião do grupo foi realizada no Recife, em janeiro de 1973, e ali ficaria sediado o programa até início da década de 1980. Os recursos, como nunca mais a área do patrimônio conheceu, eram provenientes do Fundo Plano de Ações Integradas da SEPLAN-PR, que financiava 80% dos projetos apresentados por estados e municípios – que bancavam os 20% restantes –, previamente aprovados pelo Iphan.

Com esse programa, o protagonismo da preservação do nosso patrimônio se desloca do Rio de Janeiro para o Recife. A parceria do Iphan com a Seplan-PR representou um grande avanço na gestão do patrimônio. É só a partir dessa associação que se começou a fazer no instituto projetos executivos, orçados

24. Ibid.(p. 6).

25. Ver *Cartas Patrimoniais*, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 17 set. 2015.

26. Ver Marcia Sant'Anna (2015, p. 216-217).

27. Cf. Renato Soeiro (1979).

28. Ver Paulo de Azevedo (1988).

29. Ver Marcia Sant'Anna (2015, p. 235 e 369).

e com estudos de viabilidade financeira de sua manutenção, embora nem sempre funcionassem. Mas o programa enfrentava algumas dificuldades, como a incapacidade dos institutos ou fundações estaduais de cultura recém-criados de elaborarem projetos executivos e bancarem os 20% de contrapartida. O próprio Iphan, com um quadro reduzido, tinha dificuldade de analisar tantos projetos.

De qualquer modo, o sucesso do PCH é tamanho, que ele foi reivindicado e estendido, em 1977, aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nesse período, o Sudeste volta a arrebatar dois terços dos recursos do programa, assustando os nordestinos. Entre 1973 e 1979, foram financiados cerca de 193 projetos de restauração de monumentos, feitas intervenções em 10 conjuntos urbanos, realizados sete planos diretores de preservação de cidades históricas e oito cursos e seminários de formação de mão de obra de níveis médio e superior.

Em 1979, o programa é estendido a todo o país e incorporado ao Iphan. Mas o órgão não tinha os recursos da Seplan-PR, mormente durante o chamado "milagre brasileiro". Com as atribuições aumentadas e verbas reduzidas, Soeiro não desanima e imagina poder contar com os recursos destinados à habitação social do Banco Nacional da Habitação, BNH, como afirma no texto abaixo:

Uma nova etapa é aguardada com a incorporação definitiva do Programa (das Cidades Históricas) ao IPHAN e o envolvimento indispensável com outros setores da Administração Pública e da área privada, o que deverá resultar na cooperação de organismos federais de financiamento para a tarefa de preservação e valorização do acervo residencial dos bairros e núcleos urbanos tombados. Somente uma ação conjunta com aqueles organismos financeiros aliados, mais uma vez, aos órgãos de cultura será possível resguardar a nossa identidade cultural, possibilitando, de maneira democrática, a solução para o problema que a coletividade brasileira enfrenta para garantir estes direitos básicos do indivíduo: o da habitação e o da livre transmissão da cultura<sup>27</sup>.

No ano anterior, este autor havia apresentado no Simpósio sobre Barateamento da Construção Habitacional, promovido pelo BNH, uma proposta nesse sentido, que teve boa receptividade do banco e teria inspirado um projeto piloto em 1985, em Olinda<sup>28</sup>.

Em 1983, foi realizada a última dotação significativa de recursos para o programa, devido a um empréstimo de sete milhões de dólares concedido pelo governo francês. Entre 1973 e 1983, foram investidos no PCH cerca de 73,8 milhões de dólares incluída a contrapartida dos estados<sup>29</sup>.

## ○ desmonte do PCH

A progressiva desativação do PCH na primeira metade da década de 1980 foi devida não só à menor disponibilidade de recursos, como à mudança de foco da política cultural. Nos últimos anos da década de 1970, com a crise

econômica que obrigou o Brasil a pedir empréstimo ao Fundo Monetário Internacional, a volta galopante da inflação e a crescente contestação do regime, era preciso reformular a política cultural, como chamou a atenção Roberto Sabino<sup>30</sup>. Com a posse do Gal. João Figueiredo, em março de 1979, tendo como Chefe da Casa Civil o Gal. Golbery de Couto e Silva, ideólogo do regime militar, é nomeado para o Ministério da Educação e Cultura o pernambucano de formação Eduardo Portela. Este, por sua vez, nomeia Pedro Demo, filósofo e sociólogo, que desde 1970 trabalhava no IPEA, do Ministério do Planejamento, como Subsecretário Geral do MEC. Ele se transformaria no principal formulador da nova política cultural do país, seguindo o lema de Portela: "o bem tombado deve estar a serviço da comunidade"<sup>31</sup>. É dele o texto que se segue, de 1979:

No quadro da política social, o cuidado cultural aparece normalmente como secundário. Esta ótica desagradava os culturalistas, mas, uma vez bem enfocada, pode ser recolocada na linha da sedimentação de traços culturais participativos, como pontos altos do processo educativo, bem como do processo cultural. Dentro de um país com profundos desequilíbrios regionais e sociais, a meta prioritária da política social é a população de baixa renda, que, além de muito pobre, é também maioria.(...) Este conteúdo cultural pode revelar alienação acentuada, quando se perde na identificação de valores ligados à elite, como se o povo não tivesse cultura. Por isso, insistem (?) em que a identificação se volte para o todo da sociedade, principalmente para o povo, podendo valorizar manifestações populares da religião, do folclore, de hábitos de alimentação, hábitos de cura, hábitos de lazer, etc., e não somente traços característicos do consumo elitista"<sup>32</sup>.

Essa era também uma reivindicação difusa de grupos marginalizados da sociedade brasileira que buscavam o reconhecimento de sua identidade étnica, como os negros e os índios. Esses grupos não tinham grandes monumentos senão uma cultura imaterial importante. Por outro lado, durante a década de 1970, a indústria imobiliária se consolida fundando Associações de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, ADEMI, em praticamente todos os estados. A nova política cultural permitiria também diminuir o ônus da conservação de milhares de monumentos e dezenas de sítios históricos e aliviar a tensão com o mercado imobiliário que pressionava contra o tombamento de conjuntos históricos, cidades e até municípios inteiros, como Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia<sup>33</sup>.

Além dessas duas forças, existia uma luta surda pelo controle de um órgão que possuía naquele momento muitos recursos, influência e prestígio junto a governadores e prefeitos. Ao contrário do que afirma a maioria dos autores<sup>34</sup>, a disputa pelo Iphan não era apenas conceitual, senão política e regionalista. Pode-se dizer que a mudança nos rumos do instituto em 1979 foi, em grande parte, a revanche do Nordeste pelo monopólio do órgão por um grupo de intelectuais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, durante 43 anos.

Desde a criação do PCH, Aloisio Magalhães, pernambucano, brilhante designer oficial do regime militar<sup>35</sup>, mas sem nenhum antecedente na preservação de nosso patrimônio, disputava o poder com Soeiro pelo controle do Iphan. Em 1975, Magalhães criou o Centro Nacional de Referência Cultural, CNRC, por

30. Ver Roberto Sabino (2015).

31. Ver Eduardo Portela (1979).

32. Cf. Pedro Demo (1980, p.89-90).

33. Em 2015, o país contava com cerca de 21 mil edifícios e 79 centros e conjuntos urbanos tombados pelo Iphan, segundo Daniela Sophia (2015, p. 320).

34. Defenderam essa tese Maria Cecília Londres Fonseca (2008, p. 250-251), José Reginaldo Santos Gonçalves (1996, p.50-57), e em parte Roberto Sabino (2012, p.1-3).

35. Aloísio foi o designer das cédulas do Cruzeiro Novo, e das logomarcas do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, da Itaipu Binacional, de Furnas, Light e Docevale.

36. Ver Roberto Sabino (2015, p.6.).

37. Sobre esse tema, apresentamos durante o seminário Arquimemória 4, realizado em Salvador, em 2013, a comunicação “Raízes do SPHAN: de Mario de Andrade a Gilberto Freyre Disponível em <pauloormindoblog.files.wordpress.com/.../raízes-do-sphan-entre-mario-e-gilberto-ii.pdf>.

38. Apud Silvana Rubino (2010, p.299-300).

39. Ver Lélia Coelho Frota (1981, p. 24-37).

meio de convênio da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio, cujo titular era seu amigo Severo Gomes.

A cooptação das camadas populares, como vimos, era um dos objetivos da nova política dos militares, como parte de sua estratégia de abertura política gradual e controlada, frente ao fortalecimento de movimentos sociais como as Comunidades Eclesiais de Base e outros<sup>36</sup>. O discurso de Aloísio e os trabalhos do CNRC tornavam o seu nome o mais adequado para tocar a nova política no Iphan.

Para entendermos essa contenda, vamos fazer um *flashback* e voltar à criação do Iphan em 1937<sup>37</sup>. Apesar da amizade de Rodrigo M. F. de Andrade com Mario de Andrade, autor do projeto do Iphan, em 1936, o órgão foi moldado baseado muito mais no conceito de patrimônio nacional de Gilberto Freyre, representado pela casa grande, a capela e a senzala no campo e o sobrado e o mocambo nas cidades. No prefácio da primeira edição de *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre fazia referência a interpretação de José Mariano Filho e a de Lucio Costa de que a arquitetura era o espelho da nossa sociedade.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (monocultura latifundiária), de trabalho (a escravatura); de transporte (...) de higiene do corpo e da casa (...); da política (o compadrismo)<sup>38</sup>.

O livro havia sido lançado em 1933, com as maiores loas de Rodrigo e seu colaborador e primo Afonso Arinos de Mello Franco em artigos em jornais cariocas. Gilberto Freyre sempre foi apaixonado pelo patrimônio de “pedra e cal”, como chamaria mais tarde Aloísio Magalhães. Além de seu livro inaugural, ele escreveu *Sobrados e Mocambos*, um guia da cidade de Olinda, uma introdução a *Casas de residência no Brasil*, do Engenheiro L.L. Vauthier, publicado na *Revista do Patrimônio* e mais dois livros sobre a casa brasileira. A primeira publicação do Iphan, em 1937, foi *Mocambos do Nordeste*, de Gilberto Freyre, com prefácio de Rodrigo M. F. de Andrade. Assim, ele se transformaria no orago do Iphan, com alguns de seus colaboradores escrevendo poemas de louvor a seu livro famoso, como Manuel Bandeira no livro *Estrela da vida inteira*, de 1936, e Carlos Drummond de Andrade em *Viola de bolso novamente encordada*, de 1955.

Rodrigo M.F.de Andrade nomeou Mário de Andrade, em 1936, como representante do Iphan em São Paulo. Dois anos depois, ele opta por ficar no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, que havia criado em 1935, sendo substituído no instituto pelo arquiteto Luis Saia. Crítico do Estado Novo, ele se demite do órgão paulista, vai para o Rio de Janeiro e divide seu tempo entre o Iphan e a universidade do antigo Distrito Federal, hoje UFRJ. Desambientado no Rio de Janeiro, Mário retorna a São Paulo em 1941. Doente, se refugia em Araraquara para terminar a monografia sobre o Pe. Jesuíno de Monte Carmelo, solicitada por Rodrigo M.F. de Andrade. Conclui o trabalho e morre, pouco depois, em 1945<sup>39</sup>.

Gilberto foi também nomeado representante do Iphan, no Recife, com a incumbência inicial de fazer uma lista dos monumentos de Pernambuco e Alagoas

que deveriam ser tombados. Pouco depois, ele foi substituído pelo engenheiro Airton Carvalho (Figura 2), nomeado pelo Presidente da República membro vitalício do Conselho Consultivo do Iphan, e permaneceu funcionário do Iphan até sua aposentadoria. Apesar da sua tese de que a arquitetura era o que melhor representava o patrimônio nacional ter sido adotada pelo Iphan, ele fazia críticas ao favorecimento do órgão a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro e ao abandono do Nordeste.



Figura 02 – Eng. Airton Carvalho, Diretor do IPHAN em Pernambuco, e Renato Soeiro durante reunião do PCH em Recife. Acervo da Sra. Vera Soeiro.

Com a administração do PCH feita pela delegacia da Seplan-PR no Recife, um grupo de intelectuais ligados a Gilberto Freyre se fortalece. A mudança na política cultural da ditadura na transição para a democracia, e a nomeação de um pernambucano, Eduardo Portela, para o Ministério da Educação e Cultura, ofereciam a oportunidade de uma revanche.

Com seu carisma, e o apoio da Rede Globo, para quem havia feito sua primeira logomarca, Aloísio se transforma, imediatamente, em uma estrela nacional. Entrevistado, logo após sua posse, por um jornalista que lhe perguntou se lhe causou surpresa a sua nomeação para diretor do Iphan, Aloísio responde:

Há duas respostas. A primeira: não me causou surpresa (...) O ano passado comecei a me preocupar com a institucionalização do CNRC(...) Então cheguei à conclusão que havia um órgão oficial onde o CNRC caberia perfeitamente: o IPHAN(...) Me surpreendi com a nomeação porque há grande diferença entre ter um conceito de um determinado problema e se deparar, depois, com a realidade, a fim de resolvê-lo<sup>40</sup>.

41. Cf. Brasil (1980a, p. 51).

42. Cf. José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996, p. 51).

43. Ver Daniela Sophia (2015, p. 335).

Para se afirmar, a nova administração do Iphan sepulta com honras militares de “fase heroica” a gestão de Rodrigo M.F. de Andrade e classifica a administração de Renato Soeiro como a continuidade inercial de seu antecessor.

Dessa forma, quando em 27 de março de 1979 ocorreu, pela primeira vez num período de nada menos de 43 anos, mudança na direção do IPHAN – o arquiteto Renato Soeiro, que ingressara no órgão em 1938, sendo substituído pelo Professor Aloísio Sergio Magalhães, Coordenador Geral do CNRC – estavam dadas as precondições para as profundas mudanças que iriam se processar no âmbito do IPHAN-PCH-CNRC<sup>41</sup>.

José Reginaldo S. Gonçalves assim define a historiografia oficial do Iphan naquela época:

De acordo com a historiografia oficial do Iphan, o “período heroico” da instituição corresponde àquele que se estende desde a sua criação em 1937 até a morte de Rodrigo, em 1969. Um segundo período é identificado por essa historiografia, de 1969 (sic) a 1979, tempo em que a direção esteve a cargo de Renato Soeiro, próximo colaborador de Rodrigo, mas que não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos de política oficial de patrimônio<sup>42</sup>.

Após a posse, Aloísio põe em execução projetos que encontrou de seu antecessor, como um sistema formado por uma secretaria de estado com poder de polícia, e uma fundação com agilidade de ação, ou seja, o sistema SPHAN/Pró-Memória. Aquela proposta havia sido desenvolvida por Irapoan Cavalcanti Lyra, a pedido de Soeiro, seu colega no conselho da Casa de Rui Barbosa, que havia transformado aquele museu-biblioteca em uma fundação. Entre os objetivos da Fundação Pró-Memória restou da antiga minuta o proposto pelo DAC, no Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, de realização do grande inventário<sup>43</sup>, que nunca foi realizado pela nova fundação.

Aloísio manteve na SPHAN os arquitetos do que ele chamava, pejorativamente, de “pedra e cal” e colocou na Fundação Pró-Memória os antropólogos e sociólogos que vieram do CNRC. A SPHAN tinha as atribuições duras da lei, tombar, fiscalizar e embargar, e a Fundação Pró-Memória, com personagem jurídica de direito privado, a de definir a política do órgão, fazer estudos sobre referências culturais e financiar o sistema. Os funcionários da SPHAN tinham salários da administração pública e os da fundação salários maiores, de mercado. Enquanto Aloísio dirigiu os dois órgãos não houve grandes conflitos, mas com sua morte prematura, em 1982, as coisas se complicaram.

A nova administração não conseguiu criar um instrumento de preservação do patrimônio vivo mais flexível que o tombamento, nem abandonar o patrimônio de “pedra e cal” protegido por lei. O processo de inclusão de Ouro Preto e Olinda na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco tinha mais função de promover o país e a nova administração do Iphan no âmbito internacional, que propriamente assegurar sua conservação, pois as duas cidades já estavam tombadas pelo Iphan.

Na verdade, as grandes transformações realizadas no Iphan ocorreram na década de 1970, como avalia Marcia Sant'Anna:

A gestão de Renato Soeiro correspondeu ao processo de modernização administrativa do Iphan e à democratização da questão do patrimônio. É nesse período que o patrimônio, apesar das resistências, extrapolou o âmbito do órgão criado por Rodrigo M. F. de Andrade e passou a ser também assunto de governos estaduais e municipais. Correspondeu ainda ao período em que o Iphan contou com o maior volume de recursos para investimento desde a sua criação, o que ao nosso ver, põe por terra, a afirmação de que Renato Soeiro não gozava de bom trânsito político no governo. Bastaria também lembrar que ele foi o primeiro diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, origem e embrião do futuro Ministério da Cultura, que, à época, foi um organismo tão importante quanto a Secretaria da Cultura de Aloísio Magalhães... Não fossem suficientes os fatos citados, a administração de Soeiro também poderia ser caracterizada como o momento em que se formulou uma nova política de preservação de áreas urbanas. Buscou-se tornar sistemático, embora sem muito sucesso, um novo modo de atuação, baseado na elaboração de planos diretores e urbanísticos e na colaboração internacional<sup>44</sup>.

Na década de 1980, foram feitos tombamentos "inusitados", na expressão de Marcia Sant'Anna<sup>45</sup>, que não funcionaram, como o do presépio de Pipiripau e o da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, que fechou as portas no ano seguinte ao tombamento. Mas as bandeiras de Magalhães, empunhadas por seus colaboradores do CNRC viabilizariam, depois de sua morte, o tombamento da Serra da Barriga, local das lutas de Zumbi dos Palmares, em Alagoas, e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador - não sem grandes polêmicas dentro do Iphan, pelo temor que o tombamento pudesse engessar a liturgia do candomblé. Mesmos os seus mais fiéis seguidores reconhecem que as inovações de Aloísio Magalhães não passaram do discurso.

O fato é que, na prática, a síntese pretendida por Aloísio Magalhães não chegou a se concretizar realmente, e as inevitáveis diferenças de orientações dos técnicos das três instituições (SPHAN, CNRC e PCH) "fundidas", sobretudo entre os da "referência" e os de "pedra e cal", não foram superadas em uma proposta de trabalho comum. A proposta do CNRC, apropriada e desenvolvida pela FNPM, encampada pela SEC e, em certa medida, inclusive pela Constituição Federal de 1988, ficou conhecida praticamente apenas enquanto discurso<sup>46</sup>.

Mas esse discurso transcenderia o regime militar e se refletiria na ampliação do conceito de patrimônio nacional na Constituição de 1988 e na aprovação, 18 anos mais tarde, do Decreto nº 3.551/2000, que criou o "Registro de bens culturais de natureza imaterial". Vale lembrar que para a redação do Art. 216 da nova Constituição, que trata do patrimônio, foi decisiva a proposta elaborada, em 1987, por uma comissão mista constituída por conselheiros e técnicos do Iphan sugerida e coordenada pelo Conselheiro Modesto Carvalhosa. Integrando essa comissão, defendemos a inclusão do inventário como um instrumento de preservação mais flexível do que o tombamento, aplicável a

44. Cf. Marcia Sant'Anna (2015, p. 256-257).

45. Ibid. (p. 271).

46. Cf. Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 200).

manifestações reiterativas, a ser regulamentado por legislação comum. Infelizmente, a regulamentação dos novos instrumentos de preservação apontados pela Constituição de 1988 nunca foram elaborados.

Há uma aparente contradição no fato de Aloísio estigmatizar o patrimônio de "pedra e cal", inspirado em Gilberto Freyre, e pregar o retorno do lphan ao projeto etnológico de Mário de Andrade. Mas o que estava em jogo, naquela oportunidade, não era a questão conceitual, senão a cooptação das camadas populares e a disputa com o grupo do Sudeste identificado com o do patrimônio de "pedra e cal". Marcia Sant'Anna observa que a contribuição de Aloísio ao órgão foi mais política que conceitual.

Por fim, cabe observar que a "revolução" tentada por Aloísio Magalhães se deu muito mais no plano político que, propriamente, conceitual. Em sua gestão, o órgão foi aberto para a vida política e não eminentemente técnica, como antes. Embora o discurso de implantação do Sistema SPHAN/PróMemória tenha se colocado como uma proposta de ampliação do conceito de patrimônio, na realidade não trouxe muita novidade<sup>47</sup>.

Soeiro (Figura 3) havia valorizado o patrimônio imaterial e popular com a Funarte e favorecido o Nordeste com o PCH, mas era o herdeiro institucional de Rodrigo M.F. de Andrade e seu grupo, ainda que fosse paraense e tivesse uma plataforma de ação distinta da dele. A ocultação de sua obra era fundamental para a afirmação da nova política cultural e do grupo emergente.

Pouco antes de sua morte, Aloísio transforma o DAC em Secretaria de Cultura do MEC, núcleo do futuro ministério homônimo. Como titular dessa secretaria, ele nomeia Irapoan Cavalcanti Lyra, carioca, filho de tradicional família pernambucana, antigo colaborador de Soeiro, para a direção do sistema SPHAN/Pró-Memória. Com sua morte em 1982, os pernambucanos com o apoio da delegacia da Seplan-PR no Recife, conseguem nomear para sucedê-lo na Secretaria de Cultura do MEC outro conterrâneo, Marcos Vinicius Vilaça, membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco. O novo secretário mantém Irapoan C. Lyra na presidência do sistema SPHAN/Pró-Memória, mas a disputa dos dois grupos continua.

Com a redemocratização e a criação do Ministério da Cultura pelo presidente José Sarney, o seu mais duradouro ministro, o cearense Celso Furtado, entendendo que a disputa era essencialmente regionalista, nomeia para a Fundação Pró-Memória o pernambucano Joaquim Falcão, ligado à Fundação Joaquim Nabuco, e para a SPHAN o Professor Ângelo Oswald, mineiro. Mas essa divisão salomônica do sistema não resolveria a questão. Com o avanço do neoliberalismo, Sarney delega ao setor privado a política cultural do país com a lei de renúncia fiscal que levou seu nome, no que poderia ser uma tentativa de resolver a contenda.

Diante das infundáveis brigas intestinas do órgão, o presidente Collor de Mello dissolveu o sistema SPHAN/Pró-Memória, em 1990, e o substituiu pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, IBPC. Não era apenas o PCH, já morto, que era enterrado, senão o próprio sistema SPHAN/Pró-Memória. O presidente Fernando Henrique Cardoso restauraria o antigo lphan e o colocaria no território





Figura 03 – Sr. Ferrão, fiscal do IPHAN/PE, Renato Soeiro, Arq. José Luiz Mota Menezes do IPHAN/PE e assessor durante reunião do PCH em Recife. Acervo da Sra. Vera Soeiro’.

neutro de Brasília, com um atraso de 35 anos. Mas nem a Lei Sarney, nem a sua substituta Lei Rouanet, conseguiriam atrair o interesse do setor privado para o patrimônio edificado.

Sem verbas suficientes, o novo Iphan iria buscar no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) recursos para financiar o Projeto Monumenta, que duraria de 2000 a 2008 e não seria renovado. Para o nosso patrimônio edificado não “cair no vácuo”, o Presidente Lula criaria no ano seguinte o PAC das Cidades Históricas. Não cabe aqui avaliar o desempenho desses dois programas. Com a criação do registro de bens imateriais, o Iphan passa a usar mais esse instrumento de certificação cultural, que não implica em despesas de preservação, nem maiores tensões com o mercado imobiliário, como as geradas pelo tombamento, delegando aos órgãos estaduais e municipais a preservação de novos sítios urbanos e naturais.

Qual o legado do PCH, nesses 35 anos de seu término? Ganhou-se a quebra do monopólio do tombamento pela União, a flexibilização da metodologia de intervenção do PCH em alguns municípios, como Recife e Manaus e, indiretamente, a ampliação do conceito de patrimônio com a Constituição de 1988 e o consequente registro dos bens imateriais, em 2000. Perdeu-se a integração do patrimônio cultural e natural aos programas de desenvolvimento urbanos e regionais e o pacto federativo pelo nosso patrimônio, com o fechamento de muitos órgãos estaduais e municipais de preservação por falta de repasse de recursos.

Não se voltou à situação anterior à década de 1960, mas os desafios continuam muito grandes. É preciso criar uma lei específica para os conjuntos urbanos com a competência concorrente da União, dos estados e municípios e regulamentar os novos instrumentos de preservação introduzidos pela Constituição de 1988. Precisamos convocar novamente os governadores e prefeitos, recolocar o patrimônio, sem divisões, na agenda nacional e descentralizar a ação, como se fez na década de 1970.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A recuperação do patrimônio habitacional. *Rua – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Salvador, v. 1, n.1, p.35-51, 1988.

\_\_\_\_\_. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, Paulo Ormino David de; CORRÊA, Elyane Lins. (org). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: Edufba; IAB, 2013, p. 19-53.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. *Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise face à experiência francesa*. Brasília: MEC/SPHAN, 1980b.

BRASIL. *Cartas patrimoniais*. 3ª edição, versão aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CABRAL, Renata Campello. *A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália*. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Carlos, 2013. Disponível em: <pct.capes.gov.br/teses2013/33002045014P7/TES.PDF>, acessado em 1º nov. 2015.

CHESCHI, Carlo. *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni Ed., 1970.

DEMO, Pedro. *Pobreza sócio-econômica e política*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1980.

FONSECA, Maria Cecília Londres, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade, uma vocação de escritor público. In: ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1981 p. 21-37.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 08 abr. 1972.

LEAL. Claudia Feierabend Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michael Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

PORTELA, Eduardo. *Política de educação e cultura*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1979.

Annals of Museu Paulista. v. 24. n.1. Jan.-Apr. 2016.

RUBINO, Silvana Barbosa, Gilberto Freyre e Lúcio Costa ou a boa tradição, o patrimônio intelectual do SPHAN. In: GUERRA, Abilio (org.) *Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira*, v.1. São Paulo: Romano Guerra, 2010, p. 299-310.

SABINO, Roberto. *As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)*. Salvador: IPHAN; Oiti Editora, 2015.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil, 1937-1990*. Salvador: Iphan; Oiti, 2015.

SOEIRO, Renato. (Plano estratégico de ação) datado de 14 set. 1968. Rio de Janeiro: IPHAN, Arquivo Noronha Santos, Personalidades SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, pasta 93.03.13S.

\_\_\_\_\_. *Programa de Ação Cultural em 1973*. Brasília: MEC/DAC, 1973.

\_\_\_\_\_. Discurso de agradecimento à homenagem do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 30 mar. 1979. Rio de Janeiro Arquivo: IPHAN, Arquivo Noronha Santos. – Personalidades, SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, pasta. 93.03.13.S.

SOPHIA, Daniela. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). In: GRANATO, Marcus (org.). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.317-338. Disponível em < [http://www.mast.br/hotsite\\_mast\\_30\\_anos/pdf/volume\\_01.pdf](http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf)>, acesso em 16 set. 2015.